

# Aconteceu

**QUEM ACOLHE O MENOR  
A MIM ACOLHE.**

Jesus Cristo



## CAMPANHA DA FRATERNIDADE

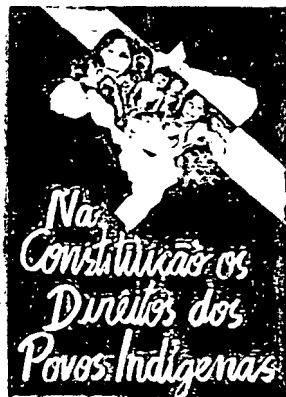
36 milhões de crianças  
carentes.

D. Ivo Lorscheiter, Pre-  
sidente da CNBB, comenta  
o lançamento da Campanha  
da Fraternidade.

(Pág. 12 )

**Entidades organizam lobby  
em defesa da causa indígena**

(Pág. 3 )



# Aconteceu

**CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos  
Telefone: 205-5197  
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983  
Telefone 825-5544  
01238 - São Paulo - SP

## Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha  
Ary da Costa Pinto  
Carlos Alberto Correia da Cunha  
Carlos Alberto Ricardo  
Heloisa de Souza Martins  
Henrique Pereira Junior  
Jether Pereira Ramalho (coordenador)  
Jorge Luiz Carrera Jardineiro  
Marcus Vinicius Grotti Borges  
Neide Esterci  
Sérgio Alli  
Vera Maria Masagão Ribeiro

**Diagramação e Arte**  
ARTE GRAPHICA

Preço do exemplar avulso:  
Cz\$ 2,00

## Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em: *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 60,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

## Assine a Revista

**tempo e presença**

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 200,00

Fazendo uma assinatura de apoio  
você recebe de brinde  
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Est.: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —  
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.  
Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

**Assine o Boletim**

# Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 60,00

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Est.: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o  
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241  
Rio de Janeiro — RJ.

## Constituinte

### "LOBBY INDIGENISTA"

O projeto Calha Norte - ampliação da presença militar e sócio-econômica na desembocadura Norte dos rios Amazonas e Solimões - e os demais projetos de desenvolvimento na Amazônia devem garantir os direitos dos índios. E devem, também, ser amplamente divulgados e discutidos, antes de sua implantação, assegurando-se às comunidades indígenas o acesso às informações básicas a seu respeito. Esta é a proposta que o "lobby" indigenista, formado pela Associação Brasileira de Antropologia, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pró-Índio, Centro Ecuemênico de Documentação e Informação, União das Nações Indígenas e Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, vai levar, nos próximos dias, ao Congresso Constituinte. (FOLHA DA TARDE/SP - 3/3/87)

### ENTIDADES QUEREM CRIAR 'LOBBY' DE COMUNICAÇÃO

Os 26 sindicatos de jornalistas, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) estão estudando a criação de uma "Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação". No dia 20, estas e outras entidades se reunirão em Brasília para discutir a proposta e organizar um "lobby" no Congresso constituinte. A Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) já preparou um texto constitucional que seria encaminhado ao Congresso constituinte. O texto prevê um "Conselho Nacional de Comunicação", integrado por representantes de diversos segmentos sociais, com competência para outorgar e rever concessões de rádio e TV. (FSP - 8/3/87)

### PETISTA PROPOE DIA NACIONAL POR CONSTITUIÇÃO PROGRESSISTA

O Deputado constituinte do PT e Vice-Presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores, Paulo Renato Paim, anunciou ontem, para um prazo máximo de 30 dias, a realização de um "Dia Nacional por uma Constituição Progressista - por mudanças de fato na Constituição". A proposta, apresentada pelo próprio Paim, foi aprovada numa reunião que ele promoveu com representantes de entidades sindicais, associações populares e outros partidos políticos 9PDT, PCB, PC do B e PMDB) de todo o Estado. Paim afirmou que dos 559 constituintes apenas cem estão comprometidos com mudanças e declarou ser necessária vigilância popular sobre os trabalhos em Brasília. Ele disse que o movimento popular não se tem manifestado para garantir uma Constituição progressista e lamentou as galerias sempre vazias no Congresso. (O GLOBO - 7/3/87)

### PLANALTO QUER LIMITAR O PODER DA CONSTITUINTE

O Palácio do Planalto não admite que o Congresso constituinte tenha soberania para mudar a Constituição em vigor, antes da promulgação da nova Carta, e não aceita que o PMDB seja dominado pelos grupos de esquerda do partido. "A Constituinte não pode governar o país", disse na última terça-feira o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel. O raciocínio de Maciel foi completado ontem pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). "Uma minoria não pode controlar o partido (o PMDB) e determinar suas posições partidárias", afirmou. A preocupação de ambos é a mesma: sob comando de sua "esquerda" e com poderes para mudar a Constituição em vigor, o PMDB teria condições de modificar o período de mandato do presidente José Sarney, que a atual Constituição fixa em seis anos. A raiz do problema é o artigo

57, parágrafo 7º, do substitutivo de Regimento Interno, que trata da soberania do Congresso constituinte. Por este parágrafo, que cria os chamados "projetos de decisão", o Congresso constituinte teria condições de aprovar, desde que por maioria absoluta dos 559 parlamentares, "matérias de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte". Embora vivo, esse texto, a que o Senador Cardoso (PMDB) chegou depois de sucessivas consultas dentro do PMDB, ainda assim não obteve consenso. (FSP - 27/2/87)

### **PLANALTO DEFENDE A TESE DO "DIREITO ADQUIRIDO"**

O Palácio do Planalto começa a defender, através de seus porta-vozes políticos, a tese do "direito adquirido" do presidente José Sarney para exercer um mandato de seis anos, previsto na atual Constituição. Mas reconhece que este assunto terá que ser negociado no Congresso constituinte e que um entendimento poderá levar a um mandato de cinco anos. "A base para o entendimento são seis anos, nós vamos defender essa posição", disse ontem o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). O mandato de seis anos tem apoio do PFL e é defendido abertamente por ministros de Sarney como Marco Maciel (chefe do Gabinete Civil) e Paulo Brossard (da Justiça). Maciel tem usado duas linhas de argumentação. Na primeira defende a tese dos seis anos como "direito adquirido" por Sarney. Na segunda, afirma que tudo depende de um entendimento no Congresso constituinte. Apesar da contradição formal entre as duas propostas (afinal, "direito adquirido" não se negocia), isto só revela que a tese dos seis anos visa começar a negociação em uma posição forte. (FSP - 6/3/87)

### **ENTIDADES REIVINDICAM "FUNÇÃO SOCIAL" DA PROPRIEDADE**

A garantia da "função social" da propriedade é um dos pontos centrais das dezesseis propostas que entidades sindicais, profissionais e confessionais apresentarão aos constituintes, após o Carnaval, com vistas ao tema do solo urbano e rural na futura Constituição brasileira. As entidades signatárias são a CPT (Comissão Pastoral da Terra), a Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), a Contag (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura), a UNI (União das Nações Indígenas), a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). De acordo com a proposta, o Estado deverá assegurar a todo indivíduo e à sua família um patrimônio mínimo indispensável a uma vida digna. Aos que vêm da terra, segundo as entidades, deverá ser garantido o acesso a esse meio de produção e apoio técnico e financeiro. Com base numa "estrutura agrária socialmente justa", o Estado deve garantir a posse dos imóveis rurais "desde que desempenhem uma função social". Segundo as entidades, o valor da indenização paga ao proprietário cujo imóvel não cumprir essa função social não ultrapassará o valor declarado para efeito de tributação. (FSP - 27/2/87)

### **PFL E PMDB: ACORDO PARA VOTAR O REGIMENTO**

O recuo do PFL possibilitou, após quinze dias de negociação, um acordo para a votação (hoje, às 14h) do regimento interno do Congresso constituinte. De importante, o PFL conseguiu modificar apenas o artigo que dava soberania ao Congresso constituinte. O acordo foi fechado pelos líderes do PMDB, PFL, PTB, PDS, PL e PDC. Os líderes do PDT, PC do B, PT e PSB também participaram da reunião, mas não assinaram o acordo, alegando que ele fere a soberania do Congresso constituin

te. Pelo acordo firmado, o parágrafo 7º do artigo 57 do substitutivo do regimento interno terá sua abertura alterada. Em vez de dar aos constituintes poderes para modificar artigos da atual Constituição em casos que julguem relevantes, a nova redação dá-lhes apenas poder de reação. Por exemplo: se algum fato considerado com uma "ameaça" estiver atrapalhando os seus trabalhos, o Congresso

constituente poderá baixar um ato suspendendo ou anulando artigos da atual Constituição. O PFL entendia que, tendo poder para mudar a Constituição, os constituintes poderiam tentar reduzir o mandato do presidente Sarney, ou modificar o papel das Forças Armadas. Pela nova redação, isto não poderá ocorrer. (FSP - 10/3/87)

### CONSTITUINTE: INESC INFORMA

O Boletim semanal "Constituinte: Inesc Informa", está sendo enviado, via telex, a entidades localizadas em 10 Estados. Estas por sua vez, tem repassado o texto à inúmeras organizações e grupos à nível regional. O resultado desta iniciativa tem sido extremamente positivo.

Foi de fundamental importância o envio de cerca de mil telegramas e cartas para o relator do regimento interno da Constituinte, Senador Fernando Henrique Cardoso, incluir a proposta do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, apresentada, em forma de emenda, pelo Senador Fernando Covas, que garantiu no projeto de resolução NR1, a participação popular na Constituinte, através de 30 mil cidadãos e sob a responsabilidade de três entidades legalmente constituídas. Embora o regimento interno da Constituinte ainda não tenha sido aprovado, o texto da participação popular continua garantido no projeto de resolução NR2, sendo praticamente certa a sua aprovação.

O regimento deverá ser aprovado entre 9 e 13 de março. Portanto, as entidades terão de começar a recolher suas assinaturas imediatamente, pois o prazo final para apresentação de propostas ao projeto da Constituinte deverá ser em fins de maio ou início de junho.

### Comissões, Subcomissões e prazos

Votando o regimento interno será realizada a eleição para composição da mesa da Constituinte. Quarenta e oito (48) horas depois os líderes dos partidos indicarão os membros das comissões, 63 parlamentares por comissão. Estes, uma vez instalada a comissão específica, serão subdivididos igualmente pelas subcomissões da mesma. Estas indicações deverão ocorrer por volta de 15 de março. Alertamos pois que é necessário desde agora começar a fazer um trabalho político junto aos líderes dos partidos e parlamentares para garantir uma melhor composição das comissões de maior interesse para o movimento popular. Sugerimos:

- a) telegramas para os líderes dos partidos;
- b) pressão sobre os parlamentares em cada Estado;
- c) viagem a Brasília, na semana que começa 9/3, para um trabalho corpo a corpo com os parlamentares.

A diluição dos temas que interessam ao movimento popular em inúmeras sub-comissões, provocará uma dispersão dos melhores quadros, contribuindo assim para uma correlação de forças negativas, o que compromete, desde o início da Constituinte, avanços mais significativos no novo texto constitucional. Daí a maior importância adquirida pela pressão popular, visando uma distribuição mais equânime de parlamentares progressistas pelas referidas subcomissões. Isto garantirá uma melhor atuação nos temas prioritários tratados, em virtude da correlação de forças dentro da Constituinte, desfavorável a consolidação democrática.

Queremos chamar a atenção para a maneira como foi inserida a questão indígena na comissão da ordem social. Ela ficou na subcomissão que tratará, também, dos temas "Negros, Deficientes e Minorias". Visto que já é tradicional o desinteresse político de parlamentares para tratar desses assuntos, fica evidente o esvaziamento político dessa subcomissão, o que abrirá para o avanço da direita em questões fundamentais como mineração, terras indígenas, etc..

O mesmo ocorre com "Meio Ambiente", que ficou acompanhado, na sua subcomissão, dos temas Saúde e Seguridade, quando na versão original, seria tratada juntamente com Questão Indígena.

O INESC se prontifica a receber e a encaminhar os telegramas dirigidos aos líderes dos partidos. E continua à disposição para acompanhar, no Congresso, as pessoas ou grupos que vierem a Brasília.

**Cordialmente**

Maria Joseh Jaime - Coordenadora/Geral  
INESC - Instituto de Estudos Sócios Econômicos  
SQS - Supercenter Venâncio 2.000 - Bloco B N5 50 - Salas 435/9  
70333 - Brasília - DF  
Telefone: (061) 226.8093

---

## **Trabalhadores Urbanos**

---

### **METALÚRGICO COMEÇA CAMPANHA**

Pela primeira vez, as negociações salariais dos metalúrgicos serão encabeçadas pelo departamento metalúrgico da CUT - Central Única dos Trabalhadores, de São Paulo. Produtividade de 11,7%, abono de 477 horas - para "repor as perdas salariais de abril de 1986 a abril de 1987 - e reajuste salarial em torno de 80% são as principais reivindicações dos metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e outras oito cidades do interior paulista, entregues ontem ao Grupo 14 da Fiesp. Os 400 mil trabalhadores envolvidos nesse

dissídio têm como data base 1º de abril e as negociações deverão ter início na primeira quinzena de março. Outra novidade é que os metalúrgicos prepararam duas pautas de reivindicações. Uma, com 89 itens, sendo que destes apenas os 25 pontos econômicos deverão ser negociados com a Fiesp. Os 64 restantes, itens sociais, deverão ser apenas homologados, pois são concedidos há anos pelos empresários. Caso o Grupo 14 não aceite esta pauta, os metalúrgicos apresentarão outra, com 108 itens, todos para discussão. (JB - 28/2/87)

## GREVE PÁRA AÇOMINAS EM OURO BRANCO - BH

Cerca de 80% dos 5 mil 600 empregados da Açominas em Ouro Branco paralisaram o trabalho, reivindicando reajuste de 34% e equiparação salarial aos empregados da Cosipa, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco, Adilson Mamédio dos Santos. Apenas o funcionamento mínimo para a manutenção da usina está sendo mantido. Em reunião de conciliação realizada à tarde na Delegacia Regional do Trabalho, representantes do sindicato acataram proposta do delegado Paulo Lott de encaminharem a volta ao trabalho até o meio dia em assembleia marcada para as 8h de hoje. Pela proposta, os empregados receberiam reajuste de 12% com a implantação do plano de cargos e salários da empresa, que a DRT se compromete a obter do Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais, em Brasília. Os trabalhadores não seriam punidos pela paralisação de um dia e teriam garantia de emprego durante um mês. Apesar de concordar em colocar a proposta em discussão pela assembleia, o presidente do sindicato disse acreditar que ela não será aprovada pelos grevistas, por estar muito distante do reivindicado. (JB - 27/2/87)

## PRIMEIRO ENCONTRO INTERNACIONAL DE COMISSOES DE FÁBRICA

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) promoverá, a partir de segunda-feira próxima, o 1º Encontro Internacional de Comissões de Fábrica da Indústria Automobilística. O encontro se estenderá até o final da semana com a participação de 45 representantes de dezoito países. São membros de comissões de fábricas de montadoras como a General Motors, Fiat, Nissan, Ford, Volkswagen e Mercedes Benz, que pretendem discutir uma "estratégia de ação concreta de solidariedade". Segundo Meneguelli, presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgi-

cos de São Bernardo, essa ação de solidariedade poderá ocorrer através do apoio dos trabalhadores da indústria automobilística no exterior, por exemplo, a uma greve deflagrada numa das fábricas brasileiras ou mesmo na arrecadação de fundos para a manutenção de trabalhadores demitidos. (FSP - 7/3/87)

## SINDICATO QUER INTERDITAR MINA GRANDE EM NOVA LIMA

O Sindicato dos Mineiros de Nova Lima (BH) pediu ontem ao delegado regional do Trabalho, Paulo Lott, a interdição da Mina Grande, da Mineração Morro Velho, naquela cidade da região metropolitana na capital, até que esteja pronto um laudo pericial definitivo sobre a segurança dessa mina de ouro, afetada pelo desabamento ocorrido no dia 18, que inutilizou para a produção, pelo menos temporariamente, a contígua Mina Velha. Segundo o presidente do sindicato, Antônio Marques Ferreira, 800 dos 1.200 trabalhadores na extração do ouro da Mina Grande, que atinge 2.500 metros abaixo da superfície, já aderiram à greve deflagrada há uma semana, temendo ser soterrados. O delegado Paulo Lott assegurou aos mineiros total garantia para continuarem a greve e determinou que a comissão, formada por técnicos da DRT e geólogos do Centro Tecnológico de Minas Gerais, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, da empresa e do sindicato, apure imediatamente as condições de trabalho na mina. (JB - 6/3/87)

## ACORDO POE FIM À GREVE NA GURGEL

A concessão de reajuste salarial de 23,7% (61,3 pontos percentuais a menos do que o reivindicado) colocou fim à greve dos trabalhadores na Gurgel, iniciada no dia 18. A contra-oferta foi anunciada ontem pelo diretor-presidente da empresa, durante reunião no auditório da Câmara

ra Municipal de Rio Claro, da qual participaram 150 dos cerca de 600 funcionários que aderiram ao movimento. Além do reajuste, a ser incluído no pagamento referente a este mês e efetuado no dia 10 de abril, a diretoria da empresa ofereceu aos empregados melhores condições de trabalho, com a promessa de construção de vestiários e refeitórios e fornecimento de uniforme, sapatão e equipamentos de segurança. (ESP - 24/2/87)

### **MARÍTIMOS MANTÊM PARALISAÇÃO; TST DECLARA ILEGALIDADE**

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu ontem por unanimidade declarar ilegal a greve dos quarenta mil marítimos brasileiros. O TST rejeitou a aplicação de multa de Cz\$ 800 mil para cada um dos treze sindicatos de marítimos envolvidos na paralisação, requerida pelo procurador-geral da Justiça do Trabalho, Wagner Pimenta, por entender que ela não tem sustentação legal. Na audiência de conciliação promovida no início da tarde pelo presidente do TST, entre os representantes dos marítimos e a Petrobrás não houve acordo. Os trabalhadores rejeitaram a proposta de aumento de 100% na remuneração final e 118% nas horas extras, sob o argumento de que sua reivindicação principal, a isonomia salarial entre as quatro entidades patronais (Syndarma, Doce-nave, Lloyd Brasileiro e Petrobrás) não estava sendo contemplada. A pauta de reivindicações dos marítimos tem 81 itens. Os principais são a fixação de um piso salarial por função para as quatro entidades patronais e o estabelecimento de 40 a 45 dias de descanso para cada seis meses de trabalho. Na visão do presidente do Syndarma, o aumento pleiteado pelos marítimos elevaria os pisos em cerca de 270%. O presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais de Máquinas da Marinha Mercante, Edson Areias, entretanto, afir-

ma que o aumento real do piso ficaria entre 120 e 170% pois existe uma grande diferenciação de salários entre as empresas. (FSP - 7/3/87)

### **FUZILEIROS OCUPAM 11 PORTOS; MARÍTIMOS CONTINUAM PARALISADOS**

Por determinação do ministro da Marinha, almirante Henrique Saboia, fuzileiros navais ocuparam os onze principais portos brasileiros na madrugada de ontem. A operação militar, segundo o ministro, visa garantir a normalização do abastecimento de combustíveis e "combater os efeitos nocivos" da greve dos marítimos, iniciada no dia 28 de fevereiro. "A Marinha usará todos os recursos possíveis para normalizar o abastecimento", disse no Rio o almirante Saboia. Os onze portos ocupados pelos fuzileiros navais são: Rio Grande (RS), Paranaguá (PR), Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Aracaju (SE), Maceió (AL), Recife (PE) e Belém (PA), além do complexo portuário de Vitória compreendendo os portos de Vitória e Tubarão, no Espírito Santo. O porto do Rio de Janeiro foi ocupado por 196 fuzileiros navais do Batalhão de Comando de Divisão Anfíbia às 4h de ontem. O chefe da guarda portuária, capitão Darci Pereira da Silva, informou que a ocupação limitou-se à área do cais e que até ao meio-dia não havia recebido ordens para ocupar nenhum navio. Os fuzileiros impediram a entrada de grevistas no porto e, segundo o capitão, os tripulantes em greve que deixarem os navios não poderão retornar. Já a Comissão Nacional de Mobilização dos grevistas afirmou, ontem, que os tripulantes dos cinquenta navios que estão fundeados no porto do Rio de Janeiro estão "em regime de prisão domiciliar" e que a Marinha não está permitindo o abastecimento de água potável e alimentos nos navios paralisados. (FSP - 8/3/87)



## Trabalhadores

### Rurais

#### ACORDO AFASTA ACAMPADOS DO PALÁCIO IGUAÇU

Oito meses depois de acamparem em frente ao Palácio Iguaçú, sede do governo do Paraná, 30 famílias de agricultores deixaram, ontem, a Praça do Centro Cívico, mediante um acordo com o governo estadual de instalar todos os acampados no Paraná - mais de 5 mil famílias - em acampamentos provisórios, com alimentação gratuita por 60 dias, assistência de saúde, escola e transporte, além de sementes e implementos agrícolas para o plantio. O acordo com o governo só foi assinado um ano e sete meses depois que o primeiro grupo de famílias montou o primeiro acampamento no interior do estado, em Marmeleiro, no sudoeste, dando início ao maior movimento na luta pela terra na história do Paraná. Nesse acordo, as lideranças se comprometeram a parar com as invasões de terras particulares desde que o governo apresse os assentamentos definitivos. No período em que os colonos estiveram acampados, 30 pessoas morreram, entre adultos e crianças, 19 despejos foram realizados e apenas 908 famílias, entre mais de 5 mil que moram nos acampamentos, ganharam a terra definitiva. (JB - 7/3/87)

#### MILHARES DE PESSOAS PEDEM REFORMA AGRÁRIA NA ROMARIA DA TERRA

Empunhando faixas e cartazes em que reivindicavam a reforma agrária, milhares de pessoas, entre trabalhadores rurais, padres, freiras e 10 bispos de vários municípios gaúchos, participaram ontem da 10ª Romaria da Terra, na Fazenda Itaíba, em Santa Bárbara do Sul, a 354 quilômetros de Porto Alegre (RS). Sob o tema **Terra prometida, vida garantida**, a romaria começou às 8h30min. Após o almoço, que reuniu a comunidade e membros da Dio-

cese de Cruz Alta, houve debates e palestras sobre a reforma agrária. A romaria terminou às 16h, com uma missa campal em que um dos oficiantes foi o bispo de Cruz Alta, D. Jacó Hilgert. A romaria da terra, evento religioso que se iniciou no município de São Gabriel, transformando-se no principal símbolo do movimento pela reforma agrária no estado, recebeu caravanas de diversos municípios do Rio Grande do Sul. Entre eles, estavam colonos que partiram de Santo Angelo, na sexta-feira, a pé. (JB - 4/3/87)

#### ENCONTRO DE MULHERES REÚNE NO SUL 20 MIL POR REFORMA AGRÁRIA

Reivindicando a reforma agrária imediata e o fim da discriminação como mulher e como trabalhadora, mais de 20 mil mulheres gaúchas, de 210 municípios e representando 232 sindicatos, se reuniram ontem no ginásio do Gigantinho, no II Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais, dentro das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Na tribuna livre, as mulheres criticaram os preços altos dos produtos agrícolas e o presidente Sarney, ali citado, foi vaiado. Com faixas e cartazes, onde faziam críticas ao governo e à política agrícola, as mulheres, a maioria usando chapéus de palha, chegaram ao Gigantinho pela manhã e, em pouco tempo, lotaram o ginásio. Os ministros da Reforma Agrária, Dante de Oliveira e do Trabalho, Almir Pazzianoto foram convidados, mas não compareceram nem mandaram representantes. Esteve presente o governador eleito, Pedro Simon, que deu seu apoio às reivindicações das trabalhadoras rurais, dizendo "que elas são justas e importantes". Entre as principais propostas que serão levadas ao governo, está o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, com assistência e benefícios da Previdência Social, a que hoje a mulher não tem direito (a não ser que o marido morra), educação voltada para o campo, crédito rural, reforma agrária imediata e preços mínimos

justos para os produtos agrícolas. Um abaixo-assinado com mais de 30 mil assinaturas - entre elas de vários deputados e vereadores - será encaminhado hoje ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. Nele, as mulheres pedem a soberania da Constituinte frente ao Congresso. (JB - 9/3/87)

### **CARAVANA BUSCA REFORMA AGRÁRIA EM BRASÍLIA**

Estreou ontem à noite, no Pátio de São Pedro, no centro de Recife (PE), a "caravana de violeiros" - repentistas, emboladores e aboiadores nordestinos que percorrerão 23 cidades de todo o País cantando e versando sobre a reforma agrária. Eles vão levar o tema, através da arte popular, a cidades como Brasília e Conceição do Araguaia, esta última considerada zona de tensão entre posseiros e proprietários rurais. Em Brasília, onde estarão no dia 24, os artistas vão fazer cantoria no plenário da Constituinte e se reunirão com o Ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, além dos Ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto e da Cultura, Celso Furtado. Para cada Ministro, os poetas e cantadores têm suas reivindicações específicas: maior rapidez nas desapropriações de terra, com Dante de Oliveira; o reconhecimento da profissão de repentista, com Pazzianotto; e a inclusão, nos currículos escolares, de estudos de poesia popular, com Celso Furtado. A caravana já está conhecida como "Segunda viagem dos Poetas ao Brasil". Outra semelhante, a primeira, foi formada em 1979 e, levantando a bandeira da Anistia fez, na época, um roteiro nacional. (O GLOBO - 8/3/87)

### **JAGUNÇOS EXPULSAM POSSEIROS DE FAZENDA NO MARANHÃO**

O Grupo Pernambucano da família Maranhão, sediado em Recife, expulsou, sem qualquer mandado judicial mais 42 famí-

lias de posseiros das terras da Fazenda Caxirumbu, a 10 quilômetros de Caxias, onde o Mirad (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário) prepara a desapropriação de 2 mil 500 hectares, após ter ouvido o Incra maranhense, que aprovou levantamento feito pela Comissão Estadual de Reforma Agrária. O despejo é uma seqüência da operação-limpeza iniciada em janeiro por empregados da Caxirumbu e ocorreu na presença de uma equipe do Incra de São Luís, que percorria o município, a fim de vistoriar a Agropecuária Rio Largo, onde também haverá desapropriações. O Mirad pretende desapropriar 2 mil 500 hectares da Fazenda Caxirumbu, mas enfrenta dificuldades até mesmo no Palácio do Planalto. Estão envolvidos na expulsão das famílias os coronéis PM Xavier e Daniel, além de vários subordinados seus e agentes da Polícia Civil. Nas duas varas cíveis da Comarca de Caxias, a equipe do Incra, constituída por quatro pessoas, não encontrou mandados judiciais contra posseiros da região, à exceção de um interdito proibitório da Rio Largo, que até 20 de fevereiro não havia sido julgado. Capangas e policiais arrancaram as portas das casas dos ocupantes de uma parte da Fazenda Caxirumbu e esparramaram utensílios e alguns produtos das famílias, obrigando-as a aceitar irrisórias indenizações, algumas de Cz\$ 10 mil a Cz\$ 12 mil, sob ameaças: ou aceitavam, saindo nas datas estipuladas, ou morreriam, conforme revelou ontem um advogado do Incra que esteve no local. (JB - 28/2/87)

### **COLONOS TOMAM PRAÇA EM CAXIAS PARA PROTESTO CONTRA VIOLÊNCIA**

Cercados pela polícia, 1 mil trabalhadores rurais do município de Caxias tomaram ontem pela manhã a Praça do Panteon, para protestar contra a violência e exigir a reforma agrária. Representantes de sindicatos, padres, integrantes da CUT, CGT, Federação dos Trabalhadores na

Agricultura do Maranhão (Fetaema) e o deputado Juarez Medeiros (PMDB) discursaram, juntamente com sindicalistas e lavradores vindos de Bacabal, São Mateus, Matões, Pio XII, Parnarama, São Domingos do Maranhão e Fortuna, onde se registram problemas semelhantes. Expulsas de seus lotes, cerca de 400 famílias estão desesperadas na periferia daquela cidade, situada quase na divisa com o Piauí, a quase 500 quilômetros de São Luís. Amontoadas em casas de amigos e parentes, não têm para onde ir e engrossam o cinturão de miséria ali existente, conforme observou pelo telefone um dos religiosos locais, padre Eúzio. Quase todos os discursos lembraram a história de violência que campeia na região desde o ano passado. Durante as manifestações, as famílias expulsas da fazenda Rio Largo denunciaram que os jagunços do grupo pernambucano impediram a vistoria de aproximadamente 40 mil hectares de terras pelo Incra. O fato foi confirmado pela Superintendência do Instituto em São Luís. De acordo com o diretor da Divisão Fundiária do Incra, Marcos Kowarik, a equipe que foi até Caxias inspecionar as terras do grupo pernambucano constatou que não existe qualquer ação legal de despejo correndo no Poder Judiciário. "Tudo o que tem ocorrido ali é feito na base da violência", afirmou. A ação ostensiva do grupo pernambucano contra mais de 3 mil moradores da área litigiosa começou em 1982 e sempre contou com a ajuda das polícias Civil e Militar. Na época, Romero de Albuquerque Maranhão iniciou a compra de uma extensão de terras anteriormente griladas e, em pequena parte, de pequenos proprietários. A partir daí centenas de famílias foram sendo expulsas e poucas conseguiram resistir à violência, permanecendo no local. Outro fazendeiro, conhecido por Antonio Vilar, interessado em incentivos fiscais da Sudene, foi denunciado pelas famílias despejadas em Caxias e será também alvo das vistorias do Incra. (JB - 26/2/87)

## GOVERNO TEM PROVAS DE TORTURA CONTRA POSSEIROS

Vinte e um laudos de exames de corpo de delito realizados pelo Serviço de Polícia Científica de Marabá, no Sul do Pará, comprovam torturas praticadas por policiais militares contra posseiros da região do Bico do Papagaio. As provas foram reunidas por dois assessores do Ministério da Reforma Agrária que, por ordem do Ministro Dante de Oliveira, percorreram seis dias naquele Estado e percorreram quatro municípios para ouvir as denúncias feitas por trabalhadores e sindicatos rurais. Eles consultaram cerca de mil pessoas, em várias reuniões que fizeram nos Municípios de Conceição do Araguaia, Redenção, Santana do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, todos no Bico do Papagaio. Tentaram denunciar alguns fatos à unidade da Polícia Federal em Redenção, mas lá foram orientados para fazer a queixa diretamente ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard, e ao Diretor do DPF, Romeu Tuma. Na mesma Redenção, atua às claras uma milícia privada formada por homens que se dizem policiais federais, ameaçam e queimam barracos e roças dos posseiros. Agora, eles estão preparando o relatório que será entregue esta semana ao Ministro Dante de Oliveira. Clara de Assis Vale Evangelista e Marcos Antônio Macedo Cintra vão dizer ao Ministro que constataram a natureza e a gravidade dos conflitos na região. Para eles, só com a reforma agrária os problemas vão terminar. O relatório vai conter depoimentos de vítimas da violência e a relação de 20 fazendas onde a situação é grave. (O GLOBO - 25/2/87)

## DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA EM GRAJAÚ É CONTESTADA

Advogados do grupo gaúcho Citusa - Viãma exigiram ontem, em reunião acalorada na Superintendência Regional do Incra, a exclusão de 10 mil hectares dos 43 mil desapropriados pelo Governo no distrito

de Arame, município de Grajaú, a 500 quilômetros ao sul de São Luís. O processo está embargado na Justiça Federal e o Incra entrou com mandado de segurança para garantir a imissão de posse sobre o total da área. Participaram também da reunião integrantes da Comissão Pastoral da Terra, posseiros e sindicalistas. As terras requeridas pelo grupo liderado pelo fazendeiro Joaquim Guilherme de Moraes Pontes formam a chamada Área Viamão I, onde, de acordo com os advogados, localiza-se o grosso das benfeitorias ali construídas nos últimos três anos. Delas, o fazendeiro não quer abrir mão, ameaçando recorrer ao expediente que o grupo utilizou em outras regiões onde possui imóveis: exigir o pagamento de lucros cessantes. Com a decisão do grupo gaúcho, fica novamente adiado o início da reforma agrária neste estado, onde o Incra não conseguiu assentar ninguém até agora. Segundo o padre Giancarlo Zufelatto, da CPT, o pedido dos fazendeiros deverá ser analisado pela maioria dos posseiros em reunião nos próximos dias no distrito de Arame. (JB - 7/3/87)

## **Igrejas**

### **MENOR ABANDONADO É TEMA DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE**

O cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, abre hoje a Campanha da Fraternidade/87 cujo tema é o menor abandonado. Promovida, em âmbito nacional, pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a campanha irá até o dia 12 de abril, Domingo de Ramos, e seu slogan será "Quem acolhe o menor, a mim acolhe", tirado de um dos sermões de Jesus Cristo, no Novo Testamento. A campanha, considerada a principal iniciativa publicitária da Igreja Católica no Brasil, divulga, a cada ano, mensagens pelo rádio, televisão e meios impressos. O tema do próximo ano será a questão do ne-

gro no país, em função do primeiro centenário da Lei Áurea, através da qual a Princesa Isabel decretou, em 1888, a libertação dos escravos. (FSP - 4/3/87)

### **D. IVO ACHA QUE PAÍS COMETE PECADO SOCIAL CONTRA MENOR**

"É obrigação do cristão denunciar estruturas injustas como a nossa que permitem a existência de 36 milhões de crianças carentes, das quais sete milhões vivem na mais completa marginalidade". A afirmação é do Presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, ao comentar ontem o lançamento da Campanha da Fraternidade de 1987, cujo tema é "A Fraternidade e o Menor". Dom Ivo disse que é preciso não descuidar do lado assistencial da campanha, "pois se deve dar comida a quem tem fome e vestir a quem anda nu". O Presidente da CNBB, no entanto, considera um "pecado social" a existência deste número enorme de crianças carentes no País, que chega a quase 30% da população. Ele entende que a campanha aberta ontem pelo Papa João Paulo II, deve surtir um efeito bem maior do que o simples assistencialismo. Temos que denunciar as estruturas injustas que criam uma situação como esta, até para impedir que este número alarmante cresça. Para se resolver concretamente a questão do menor abandonado é preciso que se faça uma distribuição justa da renda, que se encontre uma solução para a dívida externa, que não deixa o Brasil desenvolver-se, e que se adote uma maneira menos repressiva de lidar com crianças. (O GLOBO - 5/3/87)

### **DOCUMENTO DA CNBB DIZ QUE O POVO NÃO CONFIA NO GOVERNO**

Os bispos brasileiros que no próximo mês se reúnem em Itaici, para a eleição da nova presidência da CNBB e aprovação de diretrizes para a ação pastoral da Igreja nos próximos quatro anos, já es-

tão recebendo da CNBB um documento contendo subsídios para as discussões. O trabalho faz uma análise do momento político econômico vivido pelo País, alertando que a perda de confiança do povo nas ações do governo poderá levar ao "desencanto e apatia política ou então à adoção de soluções extremistas e à prática de se fazer justiça com as próprias mãos". Mesmo reconhecendo que não cabe à Igreja, mas ao leigo, indicar soluções técnicas para os problemas sociais, a CNBB afirma não estar disposta a abrir mão de buscar "um caminho político que evite as injustiças criadas pelo capitalismo selvagem e a asfixia da liberdade dos sistemas coletivistas do Estado. O documento elaborado sob a supervisão do Instituto Nacional de Pastoral (INP) da CNBB contou com a participação de dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da confederação - cotado para a presidência da entidade -, do bispo dom Valfredo Tefé e de sete assessores da CNBB. Ao fazer a análise da conjuntura político-econômica, a CNBB sustenta que "a existência de uma imensa pobreza, ao lado de minorias cada vez mais ricas, constitui-se num escândalo injustificável e de conseqüências imprevisíveis". Por outro lado, a frustração do plano de estabilização econômica e a insegurança crescente da população, segundo o documento, contribuiu para "uma sensação geral de desalento e para o esvaziamento do conceito de cidadania". (ESP - 8/3/87)

### CPT SIMULA TRIBUNAL PARA JULGAR MORTE DE LAVRADORES

Cinco casos de morte de lavradores, na luta pela posse e uso da terra no Brasil, serão analisados e julgados, simbolicamente, de 13 a 15 de maio, em Brasília, por onze juristas brasileiros e estrangeiros, no Tribunal da Terra, que está sendo preparado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), ligada à CNBB (Confe-

rência Nacional dos Bispos do Brasil). Na mesma época, estará funcionando, também em Brasília, o Tribunal Permanente dos Povos, organismo não governamental europeu, que acompanhará o Tribunal da Terra e se somará às denúncias sobre violações de direitos humanos no campo brasileiro, que serão levadas ao Congresso Constituinte e a fóruns internacionais, como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OEA (Organização dos Estados Americanos). Desde o segundo semestre do ano passado, a CPT pré-selecionou 25 casos de trabalhadores rurais assassinados por pistoleiros e grileiros, sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Um grupo de advogados, convidados pela Pastoral da Terra, diminuiu o número de processos para dez e, finalmente, chegou ao número de cinco casos a serem analisados. O Tribunal funcionará de modo semelhante a um júri, com promotoria, advogados de defesa e de acusação, além de um juiz, ainda não escolhido. Personalidades e militantes ligados à Pastoral da Terra e ao sindicalismo rural atuarão como testemunhas. (FSP - 6/3/87)

### CALHA NORTE: 'INICIATIVA GENOCIDA'

Depois de três dias de encontro, na primeira semana deste mês, em Mavaca (região do Alto Orinoco), na Venezuela, bispos e missionários brasileiros e venezuelanos publicaram um documento, dirigido aos agentes pastorais da Igreja nos dois países, qualificando o projeto Calha Norte de uma iniciativa "desenvolvimentista e genocida", afetando diretamente a sobrevivência dos índios ianomami, que vivem numa área que atravessa a fronteira dos dois países. O projeto Calha Norte visa a ampliação da presença sócio-econômica e militar do governo brasileiro na região norte dos rios Amazonas e Solimões. O documento - com o título "O compromisso pela sobrevivência dos Ianomami" - está sendo divulgado nas

dioceses brasileiras pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), desde o último dia 19. O secretariado regional Norte-1 da CNBB (que abrange a região amazônica) foi representado, no encontro de Mavaca, pelo bispo de Boa Vista (RR), d. Aldo Mongiano, e pelo bispo auxiliar de São Gabriel da Cachoeira (AMG), d. Walter Ivan de Azevedo. A Conferência Episcopal venezuelana foi representada pelo bispo de Puerto Ayacucho, d. Enzo Cecarelli. O pacto pastoral "pela sobrevivência dos Ianomamis" foi, também, assinado por vinte e quatro missionários que atuam junto aos indígenas, nos dois países. (FSP - 25/2/87)

### **CUBA: ENCONTRO DE RELIGIOSOS LIGADOS À TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO**

Cerca de quatrocentos padres católicos e teólogos, se reunirão entre 25 e 29 de maio próximo, em Havana, capital de Cuba, na Conferência Cristã pela Paz da América Latina e do Caribe, a convite do primeiro-ministro Fidel Castro. A entidade ecumênica é integrada, em sua maioria, por adeptos da Teologia da Libertação. A conferência será realizada no Palácio das Convenções, em Havana, e o primeiro-ministro Fidel Castro deverá fazer um pronunciamento durante o encontro. Do Brasil irão o dominicano Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, e o teólogo protestante, Jether Ramalho, a teóloga católica Maria Clara Bingemer e o coordenador da Pastoral da Terra da Amazônia, padre Ricardo Resende. (FSP - 23/2/87)

### **LUTERANOS DEFENDEM IGREJA AO LADO DOS MARGINALIZADOS**

A Igreja Luterana, tradicionalmente voltada para seus fiéis, deve se tornar um agente de transformação da realidade latino-americana, aprofundando sua linha missionária, que já compreende trabalhos nas periferias das grandes cidades, com

menores abandonados populares. A recomendação foi feita por pastores de seis países, que encerraram ontem um encontro de quatro dias para avaliar a atuação luterana nos centros urbanos. Os pastores concluíram que a forte industrialização e o êxodo rural estão levando o caos às grandes cidades, que têm nos cinturões de miséria, no desemprego, na desintegração familiar, nas drogas e na falta de moradias, saúde e educação seus principais problemas. O Presidente da Igreja Luterana na Venezuela, pastor Akos Puky, disse que é necessário conscientizar os marginalizados sobre seus direitos e ajudá-los em sua organização. (O GLOBO - 6/3/87)

### **ANGLICANOS BRASILEIROS ORDENAM MULHERES**

Carmen Ethel Alves Gomes, de Jaguarão (RS), na fronteira com o Uruguai, e Patrícia Ann Powers, de Brasília, são as primeiras mulheres ordenadas para o sacerdócio no Brasil. Elas pertencem à Igreja Episcopal, unida à Comunhão Anglicana, cujo Sínodo Geral, reunido em Londres, na última quinta-feira, aprovou, por 370 votos a 145, a ordenação sacerdotal feminina, numa decisão considerada histórica nos meios ecumênicos. Ao defender a decisão sinodal, o primaz de Cantuária (bairro londrino), arcebispo Robert Runcie, fez referência ao pioneirismo dos anglicanos brasileiros, de onde partiram algumas das primeiras pressões para que o acesso feminino ao sacerdócio fosse transformado em realidade. Embora solteiras, elas podem casar, mesmo como presbíteras, porque a Igreja Episcopal não faz restrições neste sentido, assim como não adota o celibato obrigatório para os sacerdotes e bispos. Presente no Brasil desde a proclamação da República, em 1889, a Igreja Episcopal tem quarenta mil membros comungantes (praticantes), além de fiéis batizados, cujo número não consta oficialmente das esta-

tísticas eclesiásticas. Está organizada em seis dioceses e tem seis bispos. Um deles, d. Sumio Takatasu, japonês naturalizado brasileiro, responsável pela Diocese Sul-Central - com sede em São Paulo - foi um dos principais defensores da ordenação de mulheres na Igreja Anglicana. "Esta decisão - disse ontem em São Paulo, d. Sumio Takatasu - é coerente com aquilo que Deus fez em Jesus Cristo, na sua cruz e na sua ressurreição, ou seja, a derrubada do muro de separação entre as raças, os sexos e as nacionalidades". (FSP - 1/3/87)

## Índios

### MOVIMENTO QUER HOMOLOGAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Um movimento iniciado pela Igreja e entidades ambientalistas do litoral Norte paulista está recolhendo assinaturas para pedir ao presidente José Sarney que assinasse o decreto homologando as reservas indígenas Guarani do Estado de São Paulo. Esta homologação, já feita pelo governo estadual em abril de 86, vem sendo protelada há mais de três meses, desde que a comissão interministerial encarregada de analisar a questão deu parecer favorável à homologação. (FOLHA DA TARDE/SP - 24/2/87)

### BALAO DE ENSAIO

A Funai consultou o Ministério do Trabalho sobre a conveniência de regulamentar a mão-de-obra indígena. A informação causou pânico entre os indigenistas, que temem ser este mais um passo para a implantação de projetos agroindustriais em reservas indígenas da Amazônia, e no próprio Ministério do Trabalho, que julga mais do que suficientes as suas atuais dores de cabeça. (FSP - 28/2/87)

### MALÁRIA MATA 25 ÍNDIOS EM RORAIMA

Um surto de malária matou, há um mês, 25 índios Yanomamis, em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela. O surto foi controlado há vinte dias por equipes médicas da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, informou ontem Eduardo Franklin, assessor de imprensa da Funai, em Brasília. Os índios foram socorridos por equipes da Funai e transportados em aviões Búfalo, da Força Aérea Brasileira. Os médicos fizeram exames nos habitantes das regiões afetadas, efetuaram borrifação das malocas e vacinaram a população indígena. O senador Severo Gomes (PMDB-SP), que apresentou um projeto no Congresso Nacional instituindo o Parque Indígena Yanomami, procurou ampliar a equipe de socorro. (FOLHA DA TARDE/SP - 19/2/87)

### "CACIQUE" FUNCIONÁRIO QUER EXPLORAR MADEIRA

Catarino Sebirop, índio Gavião, administrador da Casa do Índio, de Ji-Paraná, dizendo representar "as nações Zoró, Gavião e Arara", justificou a decisão inédita, de abrir uma concorrência entre madeireiras particulares para o desmatamento de parte de duas florestas. 'Só assim poderemos constituir a nossa Casa do Índio (hospital e alojamento), abrir uma estrada na reserva, comprar duas outras viaturas e abrir uma picada para demarcar nossas terras', afirmou. Essa decisão foi levada ao superintendente da Funai, em Cuiabá, Cantídio Guerreiro, ontem. Mas ele foi mais além, afirmando que com a falta de recursos por parte do órgão que dirige, está sendo elaborado, em Brasília, um estudo visando a estender a todas as nações indígenas o "uso racional de madeiras de leis e minérios para comercialização, e os resultados serão revertidos em benefício das comunidades. Segundo Cantídio Guerreiro, um exemplo claro deste tipo de política

já está sendo aplicado com os Kaiapós, no Pará, que exploram manualmente o garimpo e possuem até avião". (DIÁRIO POPULAR - 25/2/87)

### **FUNAI PREPARA PROJETO PARA VENDER MADEIRAS NOBRES DOS ÍNDIOS**

A Funai, com a assessoria do IBDF, está preparando um projeto para legalizar a retirada de madeira-de-lei das reservas indígenas por empresas privadas, em troca de obras de infraestrutura nas aldeias. Antes mesmo de sua conclusão, o projeto sofre críticas contundentes: "Esse projeto parece ser a cobertura oficial para um roubo praticado, historicamente, contra as riquezas indígenas", disse o secretário-executivo do Cimi, Antonio Brand. Segundo o chefe de gabinete da presidência da Funai, Geraldo Magela Fernandes da Rocha, o projeto é "embrionário", e ainda não há áreas específicas em estudo para execução do projeto. "Passamos o dia de ontem (segunda-feira) discutindo a questão com o IBDF, pois o que está acontecendo é a venda de madeira feita pelos índios sem a autorização da Funai a troco de bobagens pagas pelas em

presas privadas", explicou Geraldo Magela. A legislação que regulamenta as reservas indígenas permite a extração de madeira, desde que o objetivo seja a formação de agricultura de subsistência, reflorestamento ou pastagens para gado. Segundo Magela, o "assunto é seríssimo", pois a Funai não tem condições de fiscalizar toda a área de reservas indígenas sob sua responsabilidade. "São mais de 600 mil quilômetros quadrados, para somente 3 mil 800 funcionários. Como fiscalizar isso tudo?", argumenta. (JB - 25/2/87)

### **EM MINAS, PF PRENDE FAZENDEIRO ACUSADO DO ASSASSINATO DE ÍNDIOS**

A Polícia Federal de Minas Gerais prendeu ontem em Itacarambi, seis integrantes do grupo acusado do assassinato de três índios xacriabá, ocorrido na madrugada do último dia 12, na reserva indígena de Itacarambi, na aldeia do Sapé. Francisco de Assis Amaro, fazendeiro da região apontado pela polícia como líder do grupo, foi transferido para a capital mineira, onde responderá a interrogatório da PF. (FSP - 21/2/87)

#### **ASSINE O BOLETIM ASSUMIR**

Publicação quadrimestral da Ação Católica Operária - ACO, para formação de militantes no meio operário, popular e político-partidário.

Assinatura anual: Cz\$ 50,00

Participe do lançamento da

**História da ACO: Fidelidade e Compromisso na Classe Operária (Cz\$ 40,00) e Declaração de Princípios (Cz\$ 10,00)** no dia 28/03/87 às 16 hs à Rua Van Erven, 26, bairro Catumbi.

Procure conhecer e divulgar estas e outras publicações da ACO, todas pensadas e escritas do ponto de vista dos trabalhadores, visando sua formação a partir da ação e à luz da Bíblia.

Faça logo seu pedido de assinatura do Assumir e de livros, no seguinte endereço:

**Secretariado Nacional**

Ação Católica Operária

Rua Van Erven, 26 - bairro Catumbi

20.211 - Rio de Janeiro - RJ

tel.: (021) 242-7732